

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO

**A QUESTÃO DO TRABALHO INFANTIL E SUAS
CONSEQÜÊNCIAS NO DIREITO BRASILEIRO**
O paradoxo entre realidade social e normas jurídicas

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO PRIVADO

Nélia Cristina Cruz de Paula

Recife
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO

**A QUESTÃO DO TRABALHO INFANTIL E SUAS
CONSEQÜÊNCIAS NO DIREITO BRASILEIRO**

O paradoxo entre realidade social e normas jurídicas
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO PRIVADO

NELIA CRISTINA CRUZ DE PAULA

Dissertação final apresentada à Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, sob orientação do Prof. Dr. **ARTUR STAMFORD DA SILVA**, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Recife
2003

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata NELIA CRISTINA CRUZ DE PAULA **APROVADA**.

Recife,

Prof. Dr. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Prof. Dr. Raymundo Juliano do Rego Feitosa

Prof. Dr. Manoel Severo Neto

*“Tá relampiano, cadê neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém...”*

*Todo dia é dia, toda hora é hora
Neném não demora pra se levantar
Mãe lavando roupa, pai já foi embora
E o caçula chora pra se acostumar
Com a vida lá de fora do barraco
‘Hay’ que endurecer um coração tão fraco
Para vencer o medo do trovão
Sua vida aponta a contramão..”*

(Letra da música Relampiano de Lenine e Paulinho Moska)

A meus pais, Milcíades e Terezinha e a Omar, os três pilares que conduzem minha vida.

Agradecimentos

A Deus, por tudo que me proporciona.

A meu orientador Prof. Dr. Artur Stamford.

Aos professores, funcionários e amigos da Faculdade de Direito do Recife.

Ao Prof. Dr Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, pelo exemplo como magistrado, professor e pessoa humana. Obrigada pelo estímulo e pela confiança em mim depositada..

Aos Professores desta Casa João Maurício Adeodato, Sérgio Torres Teixeira, Francisco Antônio de Barros, Cláudio e Solange Souto, pelos esclarecimentos, ajuda, conhecimentos e bons momentos compartilhados.

Aos Professores Ana Katarina Campelo (Depto. Economia – UFPE) e Getúlio Amaral (Depto. Estatística – UFPE) pela análise dos dados da PNAD.

Ao Professor Lourival Vilanova (in memoriam) pelo exemplo como docente.

Aos colegas do Tribunal Regional Federal e do Doutorado em Relações Internacionais da Universitat Autònoma de Barcelona.

Agradeço, sobretudo, aos Professores José Mário Wanderley Gomes Neto, Catarina Oliveira e Sandra Pires e à MM. Juíza do Trabalho Regina Maciel Lemos. Meus amigos, sem vocês não seria possível.

PAULA, Nélia Cristina Cruz de. *A questão do trabalho infantil e suas conseqüências no direito brasileiro - o paradoxo entre realidade social e normas jurídicas, 2003. 131 p. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Jurídicas / Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.*

RESUMO

O cenário mundial de busca por vantagens competitivas no comércio internacional, tem levado à precarização do emprego e ao uso da mão-de-obra infantil, apesar dos esforços em combatê-lo.

No Brasil, apesar de proibido o trabalho a menores de 16 anos, exceto a aprendizagem entre 14 e 16 anos, um grande número de crianças trabalham à margem do amparo legal.

Claro é o paradoxo entre realidade social e normas jurídicas, surgindo a necessidade de analisar que conseqüências jurídicas podem advir desta relação de emprego, onde o empregado, menor de 16 anos, é pessoa absolutamente incapaz.

PALAVRAS CHAVES: TRABALHO. INFANTIL. IDADE. MÍNIMA. OIT. OMC. DIREITO. NULIDADES.

PAULA, Nélia Cristina Cruz de. Child labor and consequences in Brazilian law - the paradox between law and society, 2003. 131 p. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Jurídicas / Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ABSTRACT

The global search for advantages in international trade has caused labour precarity and the use of child labour, despite attempts to fight it.

In Brazil, despite the illegalization of work for people under the age of 16 years (except as apprentices, between 14 and 16) there is a great number of children that still works.

It is clear that the paradox between social reality and law increases the need to analyze which judicial consequences may result from this kind of labour relation, where the worker, under the age of 16, is legally incapable.

KEY WORDS: CHILD. LABOUR. MINIMUM. AGE. ILO. WTO. LAW. NULLITIES.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Trabalhar e o trabalho infantil	11
2. O trabalho de crianças e adolescentes e sua relação com o direito	12
3. Metodologia	13
Capítulo 1 – Relações de trabalho e intervenção estatal	16
1.1 Noção histórica	16
1.2 Por que intervir na questão social?	21
1.3 O real interesse no intervencionismo estatal	23
1.4 O quadro atual – a globalização e seus efeitos sobre as relações de trabalho	26
1.5 A “brasileirização” do Ocidente	32
Capítulo 2 – Regulamentação das relações de trabalho em nível internacional	37
2.1 A Organização Internacional do Trabalho – OIT	37
2.1.1 Sua criação	37
2.1.2 A estrutura da OIT	39
2.1.3 Como se criam as normas internacionais do trabalho: o processo legislativo da OIT	42
2.2 A implementação das normas internacionais no âmbito interno dos países	43
2.2.1 O processo de ratificação das convenções da OIT	43
2.2.2 O controle sobre a aplicação das convenções	45
2.3 A OIT e o trabalho infantil	51
2.4 A Organização Mundial do Comércio – OMC – e a cláusula social	55
2.4.1 Regulamentação do comércio internacional – GATT e OMC	55
2.4.2 O <i>dumping</i> social e a cláusula social	60
2.4.3 A relação OMC X OIT	64